

Estudo da factibilidade de implantação dos projetos de intervenção do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Pacheco de Oliveira, Sérgio¹
Velez Benito, Gladys Amelia²
Kühl Svoboda, Walfrido³
Hoyos Rivera, Antulio⁴

¹ Médico. Doutor. Prof. Pesquisador da Área Saúde Coletiva – Sub-área: Informática em Saúde. Escola Nacional de Saúde Pública - FioCruz. Rio de Janeiro. Brasil. Prof. Pesquisador da Universidade Federal da Integração Latino Americana-UNILA, campus de Foz do Iguaçu – PR - Brasil. sergio.oliveira@unila.edu.br

² Enfermeira. Doutora Profª Pesquisadora da Área de Saúde Coletiva – Políticas e Gestão em Saúde. Programa de pós-graduação em políticas públicas e desenvolvimento da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino Americana, campus de Foz do Iguaçu – PR - Brasil. gladys.benito@unila.edu.br

³ Médico Veterinário. Doutor Prof. UNILA/Saúde Coletiva – Políticas e Gestão em Saúde. Programa de pós-graduação em políticas públicas e desenvolvimento da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino Americana - Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, Walfrido.svoboda@unila.edu.br

⁴ Médico. Doutor. Prof. UNILA/Saúde Coletiva – Curso de grado en Salud Colectiva, - Universidade Federal da Integração Latino-americana. Foz do Iguaçu, PR, Brasil, hoyorivera@yahoo.es

Resumo: Introdução: O Mestrado Profissional é dirigido aos profissionais que já estejam inseridos em instituições de saúde. Objetiva formar profissionais comprometidos com novos conceitos e práticas, com processos dinâmicos de transformação institucional, para atuarem como indutores de mudança em suas instituições de trabalho. **Objetivo:** o objetivo deste projeto foi pesquisar a factibilidade da aplicação das medidas de intervenção na realidade local formuladas pelos alunos de duas turmas do “Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde”, da ENSP. **Materiais e métodos:** Realizada pesquisa qualitativa, por questionário, num universo de 50 egressos das turmas 2008-2009 e 2010-2011 do Mestrado Profissional e, Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. A pesquisa ocorreu em 2013. **Resultados:** 11 (26,19%) dos respondentes mudaram de instituição ou posto de trabalho após a conclusão do mestrado profissional; 31(73,81%) não mudaram. 27(64,29%) conseguiram implantar seu projeto de intervenção, e 15 (35,71%), não conseguiram. 41(97,62%) dos respondentes afirmaram que o Mestrado Profissional trouxe outras possibilidades à sua atuação profissional, a apenas um (2,38%) negou. **Conclusões:** A expressiva porcentagem de egressos (97,62%) referem aspectos positivos em terem cursado o Mestrado Profissional. Somente 27 (64,29%) dos respondentes conseguiram implantar seus projetos de intervenção, enquanto 15 (35,71%) não conseguiram. Mudanças de instituição, e falta de apoio institucional para a implantação as causas principais. Maior parceria e compromisso institucional, com o proposta do Mestrado Profissional, teria o potencial de um melhorar o resultado.

Palavras chave: Mestrado Profissional, Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Pós graduação.

I. INTRODUÇÃO

Com características distintas das do Mestrado Acadêmico, o Mestrado Profissional tem como foco os profissionais portadores de diploma de curso superior, que já estejam inseridos em instituições de saúde. O objetivo dessa modalidade de Mestrado, é formar profissionais comprometidos com novos conceitos e práticas, com processos dinâmicos de transformação institucional e de inovação gerencial, para atuarem como indutores de mudança em suas instituições de trabalho. Visa que estes profissionais façam a incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias, bem como a capacitação para aplicar os mesmos, tendo como foco a gestão, a produção técnico-científica na pesquisa aplicada e a proposição de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos, sempre com o objetivo de melhorar a saúde das populações.⁽¹⁾

Dentre as exigências são necessárias para a realização de um curso de Mestrado Profissional, está a de ter como resultado final um projeto de intervenção na realidade de trabalho de cada egresso, documentado na forma de dissertação ou algum outro produto, segundo as normas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Cumpre ressaltar que a flexibilidade do mestrado profissional em se aproximar às demandas das instituições de cada turma, tem potencial de tornar esta modalidade extremamente eficiente na formação dos profissionais, sem contudo abri mão da questão da qualidade do ensino.

Os cursos de Mestrado Profissional devem ser elaborados compreendendo que os mesmos se constituem em uma estratégia facilitadora para o melhor exercício das funções localizadas no campo da saúde coletiva. Tem-se como essencial que os alunos conheçam não somente o contexto em que exercem as atividades profissionais, como também o papel a ser cumprido pela instituição na qual atuam, diante dos desafios da Saúde.

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) é uma unidade de ensino, pesquisa e serviços de referência da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Ministério da Saúde, Brasil. Tem por objetivos: formação e capacitação de pessoal na área de saúde pública, produção de conhecimento científico, prestação de serviços de saúde, cooperação técnica e assessoria especializada, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida e saúde da população brasileira.

A estratégia de implantar cursos de Mestrado Profissional, a partir de 2002 atendeu às demandas externas de formação de quadros altamente qualificados na área da Saúde Coletiva, num contexto de formação em serviço, revelou-se uma estratégia correta; os resultados apontaram que essa modalidade já surge com grande importância não só para o Programa de Pós-graduação em Saúde Pública - ENSP, mas para a própria área da Saúde Coletiva, na medida em que permitiu não só ajudar a melhor distinguir a formação de docentes e pesquisadores para a área (situadas mais especificamente no Mestrado Acadêmico e Doutorado) da formação de quadros estratégicos para o Sistema Único de Saúde em sua interface com o sistema de Ciência e Tecnologia (C&T). Além disso, ampliou a capacidade de formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS).^(1,2,3)

Nossa preocupação com a qualidade dos cursos e sua constante melhoria nos levou a propor, além das avaliações formais, um melhor entendimento de se, e em que medida, os projetos de intervenção dos egressos foram implantados nos seus locais de trabalho originais. Buscou-se avaliar se, e em que grau, o egresso do

MP conseguiu implantar no seu local de trabalho a proposta de intervenção elaborada durante o MP. Sendo assim, o objetivo principal deste projeto foi pesquisar a factibilidade da aplicação das medidas de intervenção na realidade local formuladas pelos alunos de duas turmas do “Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde”, da ENSP, nas respectivas instituições de origem.

II. MÉTODO

A pesquisa foi basicamente qualitativa, aproximando-se do conceito de estudo de caso ⁽⁴⁾, sem ter a proposta de sê-lo, já cada egresso comentou sobre sua realidade individual. Esta abordagem permite se captar as percepções individuais, inclusive na perspectiva das histórias de cada egresso durante e depois da realização do curso. No entanto o questionário foi construído de forma a permitir que algumas respostas pudessem ser consolidadas.

O universo da pesquisa foi dos egressos das turmas 2008-2009 e 2010-2011 do Mestrado Profissional e, Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, realizado na Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

Foi enviado questionário a todos os egressos, com a finalidade entender melhor se o projeto de intervenção de cada aluno pôde ou não, e em que medida, ser implementado. Como referência para as respostas foi utilizado o projeto de intervenção descrito na dissertação de cada um, atentando-se para que a proposta original poderia ou não ter sofrido modificações antes mesmo de ser implementada, por diversos fatores. Os questionários foram enviados e recebidos em 2013.

As perguntas do questionário aparecem descritas na Figura 1.

- 1) Você mudou de instituição ou posto de trabalho após a conclusão do MP?
Caso afirmativo:
 - a. Qual a instituição inicial e qual a final ?
 - b. Qual o motivo da mudança ?
 - c. Quais as consequências da mudança para o seu projeto de intervenção ?
 - 2) Você conseguiu implementar seu Projeto de Intervenção no Serviço em que atua?
 - a. Se SIM: Como?
 - b. Se NÃO: Quais foram os obstáculos?
 - 3) O MP trouxe outras possibilidades à sua atuação profissional?
 - a. Se SIM: Quais?
 - b. Se NÃO: Você consegue apontar os motivos?

Figura 1 Perguntas do questionário utilizado na pesquisa

As perguntas foram construídas de forma a permitir uma abordagem quali-quantitativa, consolidando as respostas do tipo SIM/NÃO.

Neste texto não há identificação dos entrevistados, nem das instituições e nem dos projetos. A concordância em participar da pesquisa foi ratificada pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) específico para esta pesquisa.

III. RESULTADOS

De um total de 50 alunos, nas duas turmas, 42 (84%) responderam e devolveram o questionário.

Tabela 1 Consolidado das respostas aos questionário

PERGUNTA	SIM	NÃO
1- Você mudou de instituição ou posto de trabalho após a conclusão do mestrado profissional?	11 (26,19%)	31(73,81%)
2- Você conseguiu implementar seu projeto de intervenção no serviço em que atua?	27 (64,29%)	15 (35,71%)
3- O mestrado profissional trouxe outras possibilidades à sua atuação profissional?	41 (97,62%)	1 (2,38%)

Com relação à questão “Você mudou de instituição ou posto de trabalho após a conclusão do MP?”, 11 (26,19%) dos egressos responderam que sim. Três foram convidados à outras instituições, dois foram aprovados em concurso público, e dois buscaram outras instituições, por considerarem que os locais de origem não valorizaram sua formação. Quatro egressos que mudaram de instituição, não detalharam nem o motivo, nem as consequências da mudança. Dos sete egressos que mudaram de instituição e completaram todos os itens da questão, apenas um conseguiu implantar integralmente o projeto de intervenção e outro apenas parcialmente.

Com relação à questão “Você conseguiu implementar seu Projeto de Intervenção no Serviço em que atua?”, 27 (64,29%) dos egressos afirmaram que conseguiram fazê-lo. Dentre os aspectos elencados nas respostas, cumpre ressaltar:

- Realização de oficinas para implantação de mudanças curriculares;
- Aplicação de estratégias de educação permanente discutidas para área de saúde na formação continuada;
- Coordenação do Núcleo de Recursos Humanos da instituição
- Convite ser docente em curso de especialização em saúde pública
- coordenação da implantação da política de gestão de trabalho e educação na saúde

No entanto, como visto acima, mais de um terço dos egressos (35,71%) não lograram a implantação de seus projetos de intervenção. Dentre os motivos apontados, destacam-se:

- A dissertação não fez proposta de intervenção;

- A segunda turma do universo da pesquisa dispôs de menos tempo entre a finalização do curso e a realização desta pesquisa, e isto foi apontado por alguns como causa de ainda não ter sido possível a implantação;
- Mudanças políticas de direções tivera normamente um impacto negativo na implantação dos projetos de intervenção;
- Alguns, como citado no item anterior, mudaram de local de trabalho, por motivos diversos, e não levaram adiante seus projetos de intervenção.

Com relação à questão “O MP trouxe outras possibilidades à sua atuação profissional?”, apenas um egresso (2,38%) referiu não ter tido outras possibilidades. Todos os outros (97,62%) referiram terem tido outras oportunidades. Dentre elas, cabe ressaltar:

- Valorização da experiência profissional;
- Qualificação do egresso;
- Convites para coordenação de cursos e docência;
- Melhoria da efetividade nas proposições e condução das discussões, nos seus ambientes de trabalho.
- Participação em atividades de assessoria na área da Gestão do Trabalho;

IV. CONCLUSÕES

Esta é uma pesquisa original, ainda sem similares, até onde foi possível pesquisar na literatura. Por isso mesmo, e pelo universo limitado de egressos pesquisados, aliado à característica de especificidade do Mestrado Profissional, ao resultados e conclusões aqui apresentados só se aplicam a este grupo pesquisado, e sua generalização deve ser vista com cautela.

Na tentativa de avaliar o aspecto de proposição de projetos de intervenção, característica do MP, este trabalho buscou conhecer se, e em que grau, o grupo de egressos logrou implantar seus projetos de intervenção.

De maneira geral, pode-se dizer que o Mestrado Profissional, apesar de ser modalidade de pós graduação ainda recente, vem atingindo seus objetivos, principalmente no aspecto da qualificação dos profissionais de saúde que o cursam. A expressiva porcentagem de egressos (97,62%) que referem aspectos positivo demonstra isso.

No entanto, somente 27 (64,29%) dos 42 respondentes ao questionário conseguiram implantar seus projetos de intervenção, o que pode ser considerado como não satisfatório. Entretanto não se dispõe, na literatura consultada, dados para comparação.

Do grupo de 15 (35,71%) respondentes ao questionário que não conseguiram implantar seus projetos, merecem destaques dois aspectos:

Egressos que mudaram de instituição, à convite, ou foram aprovados em concursos públicos; apesar de não ter havido a implantação do projeto de intervenção, fica claro que a qualificação do egresso, obtida no Mes-

trado Profissional, teve influência neste processo, o que pode ser considerado como algo positivo. Uma possível solução para isso seria que, o ainda candidato ao MP, se comprometesse legalmente a permanecer na instituição de origem por um período de tempo igual ao do curso, após seu término. Isto já ocorre com outras modalidades de pós graduação.

A falta de apoio institucional para a implantação do projeto de intervenção é um ponto de difícil manejo, pela sua complexidade. As mudanças políticas ou de estrutura de gestão se impõe aos projetos de intervenção. No entanto, nem todas as causas de falta de apoio institucional ocorreram por estas casas. Para diminuir isto, uma maior parceria e compromisso institucional, com o proposta do Mestrado Profissional, na hora da apresentação do candidato ao processo seletivo de acesso ao Mestrado Profissional, teria o potencial de um melhor resultado, no que diz respeito ao apoio institucional na implantação dos projetos de intervenção.

REFERÊNCIAS

1. Amâncio Filho, A, Oliveira SP. Org. 2009. Mestrado profissional em gestão do trabalho e da educação na saúde: ação e reflexões. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - FIOCRUZ.
2. Hortale, VA, Leal, MC, Moreira, COF, Aguiar, AC. 2010. Características e limites do mestrado profissional na área da Saúde: estudo com egressos da Fundação Oswaldo Cruz. Ciênc. saúde coletiva vol.15 no.4, Rio de Janeiro, julho 2010.
3. Leal, Freitas, Org., 2006. Cenários Possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
4. Minayo, MCS. 2008. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11ª. ed. Hucitec, São Paulo, 2008.